

APDSI apresentou "O Business Intelligence na transformação da Administração Pública"

O estudo parte da convicção de que os sistemas de BI podem contribuir para uma melhoria dos serviços da AP



O estudo foi apresentado do auditório atmosfera m, em Lisboa

Lisboa, 15 de dezembro de 2017 - A APDSI, Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação, apresentou ontem publicamente o estudo "O Business Intelligence na transformação da Administração Pública" no auditório atmosfera m, em Lisboa.

O estudo foi desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Business Intelligence, um dos que nasceu de forma espontânea neste ano. A APDSI tem 14 grupos permanentes a trabalhar de forma ativa e regular e tem outros ad-hoc; este é um deles. «Estamos a retomar uma das atividades da APDSI que era a elaboração de estudos», diz Luís Vidigal, presidente da Direção da APDSI, na introdução à apresentação do estudo.

“O Business Intelligence na transformação da Administração Pública” parte da convicção de que os sistemas de BI podem contribuir para uma melhoria dos serviços da Administração Pública. Através do Business Intelligence podem antecipar-se as necessidades do cidadão e correlacioná-las entre os diferentes serviços prestados. Também é possível ter uma melhor gestão, baseada em indicadores, potenciando um melhor conhecimento sobre a realidade em que a Administração Pública se move. Maior automatização de processos e produtividade, maior transparência e prestação de contas e melhor gestão baseada em indicadores de desenvolvimento da capacidade analítica, são tudo benefícios que, segundo o grupo, a AP pode vir a obter com o BI.

Por Business Intelligence o grupo entende ser a combinação, de competências de negócio e tecnológicas em conjunto com processos, aplicações e as melhores práticas, que permitem a análise de informação com o intuito de melhorar e otimizar decisões e desempenho.

Para se perceber a importância dos dados, **João Catarino Tavares lembrou que não há sistema de informação sem dados de qualidade**; os dados são as fundações do edifício em que assenta a transformação digital e as novas formas de organização; a transformação digital começa nos dados mas também se fica por eles se tiverem má qualidade; os dados são um ativo frequentemente descurado e mal gerido; é pelos dados que tem de se iniciar a transformação. «Muitas vezes falamos ao cidadão de forma tão hermética e ele não compreende. Boas práticas da AP é comunicar de outra forma e potenciar outro tipo de cidadania», refere o coordenador do estudo da APDSI.

A mudança de paradigma de gestão e decisão é um dos grandes desafios que a AP vai enfrentar em 2018, agravado pela entrada em vigor do Regulamento Europeu de Proteção de Dados.

O estudo foi feito a entidades da administração central, regional e local (1090) e 307 responderam.

Só um terço das entidades inquiridas tem sistemas de BI implementados; 202 não têm (maioria); 116 não estão a prever fazer essa implementação.

Uma das maiores dificuldades encontradas para implementação de BI é a fraca qualidade dos dados (71%), enquanto 36% refere a resistência interna à mudança. A falta de competências e limitações de orçamento também são referidas. Só 27% dos inquiridos tem processos de monitorização de dados. 8% das entidades não mostra sensibilização para o assunto RGPD e só 50% admite ter projetos de adequação dos sistemas para o Regulamento Europeu de Proteção de Dados.

Contudo, **do lado dos bons exemplos nas práticas de BI** encontramos o dicionário de dados da Autoridade Tributária, o BIORC - Business Intelligence do Orçamento - DGO, o projeto SIGNAL - Instituto de Informática, IP., o portal de transparência municipal - DGAL/AMA e a área da transparência do Ministério da Saúde. O objetivo da APDSI com este estudo foi «obter uma visão geral do panorama dos sistemas de BI na AP». Na área da saúde, por exemplo, a **Microsoft tem um caso de sucesso em BI na implementação da solução HVital, implementada no Hospital de São João pela Devscope**. A solução HVital é uma plataforma de analítica clínica avançada capaz de prever até 30% das admissões na Unidade de

Cuidados Intensivos (UCI), com sete dias de antecedência, permitindo aos profissionais agir em antecipação.

Conclusões:

- A transformação digital começa nos dados que devem ser a base de todos os processos da Administração Pública. Se as decisões forem baseadas em dados serão mais afirmativas e menos contrariáveis;
- Governo e Administração Pública funcionam em perspetivas diferentes que é preciso saber articular através dos sistemas de BI que podem criar uma camada de integração que as torne mais conciliáveis;
- É preciso ter indicadores de todos os departamentos para conciliar várias perspetivas;
- Transparência e centralização na comunicação = cidadania. Hoje em dia a informação está espalhada por vários sites e o cidadão perde-se na sua pesquisa.
- A informação tem de chegar ao cidadão de forma simples.
- Os sistemas de BI permitem conhecer o perfil do cidadão.
- É notória a escassez de recursos humanos da área de BI e na área das TIC (e reconhecido pelo INA e pela esPAP)
- A liderança é o fator principal para a transformação digital, não basta uma decisão legislativa.

Recomendações do Grupo de Trabalho:

- Tem de haver liderança na implementação do BI (e tem de ser o Governo);
- Os sistemas de BI devem ser implementados pelos sistemas partilhados;
- É imperativa a centralização e integração de dados, para não continuarem espalhados;
- Criação de centros de competência nos organismos públicos;
- Desenvolvida uma estratégia para a gestão de dados (os dados não são da informática; são das pessoas e das entidades);
- Promoção da digitalização dos processos que existem na AP.

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objetivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas atividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da atualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Eletrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.